



Política Nacional de Educação Especial 2008-2018: a inclusão escolar entre o texto e os contextos

Maria Cecília Alvim Guimarães
Adriana Araújo Pereira Borges

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Educação: Conhecimento e Inclusão Social – Faculdade de Educação
Agência: Capes

Eixo: Políticas educacionais para pessoas público-alvo de Educação Especial
Categoria: Comunicação Oral

Resumo

Os desafios da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI, 2008) são discutidos nesse trabalho a partir de autores do campo da educação especial e da análise de políticas educacionais, em especial Stephen Ball e sua teoria sobre o Ciclo de Políticas Públicas. Após um longo período marcado pela segregação das pessoas com deficiência dos espaços comuns na sociedade, entre eles, a escola, essa política fortaleceu o caminho da promoção do direito à educação inclusiva para esse público, constituindo-se como um verdadeiro marco. Esse texto apresenta um breve histórico da educação especial no Brasil e uma discussão sobre o direito à educação inclusiva. Depois utiliza a abordagem do Ciclo de Políticas e algumas contribuições de outros autores para a análise das políticas de educação especial no país. A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados reafirmam a importância da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que trouxe grandes avanços, e também desafios, no campo da inclusão escolar de pessoas com deficiência na última década (2008-2018). A análise realizada recupera a importância da participação democrática de diversos grupos no contexto da elaboração da PNEEPEI em 2008, contribuindo assim para problematizar sua revisão, proposta 10 anos depois, em um cenário de fragilização da democracia brasileira.

Palavras-chave: Política Nacional de Educação Especial. Ciclo de Políticas. Inclusão escolar.

Introdução

Pessoas com deficiência na escola: da invisibilidade à inclusão

Pensar a escola numa perspectiva inclusiva é tarefa que há muito tempo, e ainda hoje, ocupa professores, estudantes, pesquisadores, pais, profissionais de apoio, equipes pedagógicas, pessoas e grupos envolvidos no



processo histórico da educação especial no país. Se nos primeiros anos do século 20 as pessoas com deficiência no Brasil ainda viviam em instituições, consideradas como doentes ou incapazes, algum tempo depois, começaram a ser inseridas em escolas e classes especiais (BORGES, 2015) e assim passaram a ser reconhecidas como sujeitos educativos, passíveis de mudanças e capazes de aprender.

Décadas depois, o Estado passou a transferir a responsabilidade da escolarização desse público para instituições e escolas especiais, que tinham caráter filantrópico, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e a Sociedade Pestalozzi. De acordo com Muller (2002), a ausência de ação pública pode sim representar uma política para um determinado setor, pois “política é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer” (MULLER, 2002, p. 22). Assim, foram organizadas as escolas especiais para receber estudantes, que foram separados a partir de suas deficiências, como as escolas para cegos, para surdos, para pessoas com deficiência intelectual ou múltipla e assim por diante numa lógica ainda segregacionista.

Fazer uma política pública não é, pois, “resolver” um problema, mas, sim, construir uma nova representação dos problemas. Na realidade, os problemas são “resolvidos” pelos próprios atores sociais através da implementação de suas estratégias. (MULLER, 2002, p. 28)

Já nas décadas seguintes, diferentes atores passaram a empreender esforços na direção da inserção desses estudantes nas escolas comuns, junto com os demais alunos sem deficiência. Para Diniz (2012), “a inclusão escolar não é uma moda passageira, mas fruto de um contexto histórico em que se resgata a educação como lugar da cidadania e da garantia de direitos”. (DINIZ, 2012, p. 9)

O direito das pessoas com deficiência à educação passou a ser previsto em normativas internacionais e nacionais, como na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), na Declaração de Salamanca sobre Princípios,



Políticas e Práticas em Educação Especial (1994), na Carta Constitucional de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 1996)

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. (CURY, 2002, p. 260)

Kassar (2016) discute as políticas educacionais como recursos voltados para o acolhimento da diversidade e para o desenvolvimento humano considerado direito de todos.

Dentro do movimento de universalização do ensino fundamental, pode-se identificar a implantação de uma política denominada de *Educação Inclusiva* que, mais explicitamente a partir de 2003, dissemina a ideia de que a escola regular/comum é o *locus* de todas as crianças. (KASSAR, 2016, p. 1227)

Nessa direção, é sancionada em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que passa a orientar as ações e programas educacionais destinados às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação. Essas pessoas passam a compor o público-alvo da educação especial no país. (BRASIL, 2008)

Estamos em um contínuo processo de transformação da sociedade, deixando de ver a deficiência como um castigo, e alvo de assistencialismo, para olhá-la como um fenômeno social. Estamos saindo do preconceito para o respeito às diferenças. (MAIOR e MIRANDA, 2008, p. 55)

A Política de 2008 prevê a constituição do serviço conhecido por Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se desenvolve nas salas de recursos multifuncionais em horário oposto ao da escola. O atendimento ocorre em interface com as salas de aula comuns onde o aluno está presente no horário regular, compondo a dupla matrícula do público-alvo da educação especial, definido pela política. O AEE desenvolve ferramentas de



acessibilidade e disponibiliza tecnologia assistiva, de forma a contribuir para a redução de barreiras, o que facilita a aprendizagem e o desenvolvimento escolar desses estudantes. (MELETI, 2014; PLESTCH, 2017; CAIADO, 2017)

Em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê diversos direitos, entre eles a garantia de acesso à educação inclusiva (BRASIL, 2015, artigo 27). Mesmo que a tendência recente seja a inclusão em escolas regulares, ainda há lacunas nas legislações que permitem a coexistência de escolas especiais e escolas inclusivas na atualidade. “Toda política pública se caracteriza por contradições. O sentido não é *unívoco*, porque a realidade do mundo é contraditória”. (MULLER, 2002, p. 17)

Nos últimos anos, observa-se o aumento significativo do número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas comuns. Segundo o Censo Escolar (INEP/MEC), em 2007, existiam 304.882 alunos com deficiência nas escolas regulares em todo o país. Em 2016, esse número subiu para 796.486 matriculados, mais que o dobro de alunos em menos de 10 anos. Já as matrículas em escolas especializadas ou classes especiais caiu de 341.781 para 174.886 no mesmo período. Esses dados demonstram que a inclusão escolar cresce no Brasil, trazendo novas questões e possibilidades.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é, pois, parte da política educacional brasileira atual, prevista pelas legislações de municípios, estados e da União, considerando o sistema federativo brasileiro. Gestores públicos, professores, mediadores, pais e pessoas com deficiência são atores dessas políticas em curso, que constituem um processo histórico de avanço na educação. No entanto, colocar em prática essas mudanças previstas nas leis é um desafio para os sistemas de ensino e para as escolas brasileiras.

Objetivos

O objetivo desse artigo é discutir a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a partir de autores do campo da



educação especial e da análise de políticas, em especial Stephen Ball e a perspectiva do Ciclo de Políticas Públicas. E, assim sendo, contribuir para as pesquisas da área e também para discussões que possam subsidiar a implementação e aprimoramento das políticas e das práticas escolares voltadas para o público-alvo da educação especial.

Metodologia

A metodologia utilizada neste texto é a de pesquisa bibliográfica e de estudo documental. Foram consultados autores da área da educação especial e da análise de políticas educacionais. Optou-se por ler e analisar o documento da Política (PNEEPEI, 2008) a partir do Ciclo de Políticas de Ball, identificando seus diferentes contextos (influência, produção de texto, prática, efeitos e estratégias).

Para a avaliação da legislação e dos textos normativos, este artigo se utilizou da análise de conteúdo. Esse tipo de análise se caracteriza como um conjunto de técnicas de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo Laurence Bardin, essa técnica visa obter “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. (BARDIN, 2002, p. 42). Todo texto contém sentidos e significados, explícitos e/ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas (CHIZZOTTI, 2006). Dessa forma, para este artigo, seguimos as seguintes etapas da análise de conteúdo: etapa de pré-exploração do material (levantamento dos documentos internacionais e nacionais sobre Educação Especial em vigor no Brasil); etapa da seleção de unidades na qual foram escolhidos elementos nos textos normativos – artigos, parágrafos e incisos; e por fim, etapa de categorização,



onde podemos analisar as intencionalidades e concepções de Educação Especial latentes na legislação.

Discussões e Resultados

O modelo de análise de Policy Cycle Approach

Stephen Ball e Richard Bowe (1992) desenvolveram a abordagem do ciclo de políticas, “policy cycle approach”. Esse referencial permite “a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos”. (MAINARDES, 2006, p. 48). Inicialmente, Ball e Bowe (1992) caracterizaram o processo político como um ciclo contínuo constituído por três arenas políticas: da proposição, passando pelo texto, e chegando à aplicação do texto na realidade. (MAINARDES, 2006). Porém, um tempo depois, eles ampliaram o entendimento para uma nova abordagem que identificava três níveis no ciclo de uma política: o contexto de influência, de produção de texto, e da prática.

Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou seqüencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates. (BOWE et al., 1992, apud MAINARDES, 2006, p. 48)

O primeiro contexto, de influência, é o espaço das tensões e embates entre atores no processo de discussão e elaboração de uma política, é “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos” (MAINARDES, 2006, p. 51). É também o espaço onde acontecem repercussões de políticas e forças internacionais na definição das políticas próprias de um país, como é o caso da influência da ONU, Banco Mundial, FMI.

É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. (MAINARDES, 2006, p. 51)



Já o contexto da produção de texto diz respeito à escrita do texto da política, que absorve algumas contribuições e visões, e rejeita outras, a fim de se tornar um documento de referência para se implementar a política.

Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (BOWE et al., 1992, apud MAINARDES, 2006, p. 52)

O contexto da prática, por sua vez, é amplo e diverso, pois é onde a política acontece e é aplicada por diferentes agentes, modificando estruturas, ações e reinterpretando a própria política no contexto local.

Os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. (...) interpretação é uma questão de disputa. (BOWE et al., 1992, apud MAINARDES, 2006, p. 53)

Um tempo depois, ao perceber que as políticas provocavam impactos e criavam novas demandas, Ball expandiu seu modelo de análise para mais dois contextos: o contexto dos efeitos/resultados e da estratégia política, que dizem respeito aos impactos e às ações necessárias “para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada” (MAINARDES, 2006, p. 55). Essa forma de pensar a política como contextos e processos em movimento traz elementos interessantes para se analisar as políticas de educação especial no país.

Isso significa admitir as políticas como mediações, que são codificadas de formas complexas a partir de embates, acordos e interpretações e reinterpretadas por parte das autoridades públicas, e decodificadas, também de maneiras complexas, pela interpretação por parte dos atores envolvidos, atribuindo significados em função de suas histórias, experiências e possibilidades (Ball, 1994, citado por MAINARDES, 2006)

Políticas de inclusão escolar: entre o texto e os contextos



Tomando como base o modelo proposto por Ball e Bowe (1992) e analisado por Mainardes (2006), é preciso identificar os diferentes discursos e contextos que influenciam os textos e as práticas no campo da educação especial no Brasil. Assim, na década de 2000, em um cenário de emergência das lutas de novos atores sociais por direitos, como consequência também dos movimentos pós-Constituição cidadã de 1988, começa a se delinear uma política nacional que previa a chegada gradativa e compulsória de pessoas com deficiência às salas de aula comuns em escolas regulares. Esse movimento repercutia também a tendência mundial pela inclusão escolar, como previam as declarações e convenções internacionais que passam a influenciar a formulação das políticas no país.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. (BRASIL, 2008, p. 9)

Além da interferência de atores internacionais, muitas foram as conversas, controvérsias e debates que se deram no contexto de influências, preconizado por Ball, para que essas novas diretrizes se tornassem um texto propriamente dito em 2008, quando entrou em vigor a PNEEPEI. Resultado do acúmulo de muitas lutas em décadas anteriores por parte dos movimentos de pessoas com deficiência e outros atores, essa política trouxe a afirmativa de que a escola também é o lugar das diferenças. A PNEEPEI (BRASIL, 2008) resultou de um processo democrático de discussão promovido pelo Grupo de Trabalho - Portaria Ministerial Nº 555/2007, constituído por professores e pesquisadores da área da educação especial, sob a coordenação da Secretaria de Educação Especial – SEE/MEC em 2007.

A pauta impulsionada pela agenda da inclusão educacional norteou os seminários do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade realizados em todo país, envolvendo os municípios-pólo e as secretarias estaduais de educação, além das reuniões com as instituições de educação superior que aprofundaram a temática da formação inicial e continuada de professores. (BRASIL, 2008)



Além desse grupo de trabalho, o diálogo com os diferentes setores da sociedade foi ampliado nos fóruns que contaram com representantes de diversos grupos e movimentos que historicamente reuniam pessoas com diferentes tipos de deficiência, a fim de buscar contribuições para a nova política em discussão. Houve uma intensa articulação com as seguintes organizações: Conselho Nacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE, Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, Federação Nacional de Síndrome de Down, Federação Nacional de Educação de Surdos – FENEIS, Federação Nacional das APAEs – FENAPAE, Federação Nacional das Pestalozzi – FENASP, União Brasileira de Cegos – UBC, Fórum Permanente de Educação Inclusiva, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, Instituto Benjamin Constant – IBC, além da Confederação Nacional de Trabalhadores de Educação – CNTE, do Conselho Nacional de Educação dos Estados – CONSED, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Ministério Público e dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008). Essa diversidade de atores dimensiona a pluralidade do contexto de influência e o cenário democrático existente no processo de formulação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008. Todos os envolvidos almejavam a construção de uma escola para todos.

A ideia dos formuladores era que seria possível construir esse novo modelo de escola tão logo a política fosse adotada pelas instituições de ensino. No entanto, quando essa política chega a uma escola como texto, ela encontra diferentes leituras e interpretações. Para Ball (1992), a política como texto é passível de ser lida a partir de olhares diversos. Essa política encontra também subjetividades e preconceitos, que permeiam diferentes discursos que se somam ou se contrapõem, isso porque a escola é um espaço micro, conectado à macropolítica do mundo que a rodeia.



Nesse cenário, a nova política provocou uma quebra de paradigmas, pois trouxe a exigência da escola repensar sua estrutura e suas práticas, não mais voltadas somente para aqueles que têm uma lógica similar de desenvolvimento e aprendizagem, mas para aqueles que têm características específicas e ritmos diversos e peculiares (KASSAR, 2016, PLESTCH, 2017). Desde 2008, a PNEEPEI tem sido reinterpretada para ser aplicada aos diferentes sistemas e contextos escolares, que abrigam diversos atores, entre eles professores, estudantes, e a própria instituição escolar em si, com suas dinâmicas, documentos de referência e modelos próprios de funcionamento nos locais onde estão inseridas.

Professores que passam a receber alunos com deficiência em suas salas de aula precisam lidar com o desafio de transformar pensamentos e práticas para atender à diversidade desse alunado. Assim, o discurso dos atores presentes na escola que lidam diretamente com a inclusão ressignifica as próprias práticas voltadas para esses sujeitos. Aos poucos, essa nova compreensão sobre educação vai ganhando espaço na escola e acaba por gerar influência sobre discursos e atitudes de outros atores, que podem ainda apresentar resistências ao processo de inserção desse público nas salas de aula comuns.

Assim, a política como texto precisa dialogar com os contextos em que os atores estão inseridos para trazer resultados para a prática escolar. Nesse momento, a compreensão da abordagem do Ciclo de Políticas de Ball (1992) traz uma importante contribuição para compreender como os contextos de influência, de produção de texto, da prática, dos efeitos e das estratégias estão intimamente relacionados, uma vez que não são etapas sequenciais e estanques, mas processos contínuos e intercambiantes que ressignificam o texto original a cada momento do ciclo de uma política. “A ideia de que há efeitos de primeira e de segunda ordem evidencia a preocupação de Ball com as questões de justiça social, padrões de acesso e oportunidades sociais”. (MAINARDES, 2006, p. 57)



Tomemos como exemplo uma escola que já sabia da existência da Política oficial (PNEEPEI, 2008), mas não a adotava de forma real, ou seja, não a implementava. Quando começa a aplicação da política na prática, essa escola precisa reorganizar seus espaços físicos, para dar acesso aos estudantes com dificuldade de mobilidade; precisa adaptar materiais e conteúdos e disponibilizar tecnologias assistivas para dar acesso ao currículo e ao conhecimento; precisa repensar seu modelo de ensino e de avaliação, para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento em diferentes níveis, já que a escola inclusiva é um ambiente plural, onde todos podem aprender, cada um a seu tempo. (PLESTCH, 2017)

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (BRASIL, 2008)

A Política Nacional traz à tona a urgência de se construir uma escola que inclua a todos e a todas, em que cada um possa ser acolhido e apoiado no seu processo único de desenvolvimento, visando o progresso da coletividade. Todos ganham quando cada um é respeitado e apoiado em suas necessidades. Passa-se da lógica do individualismo para a lógica da solidariedade, e, assim, a escola e a política vão se refazendo num *continuum* ilimitado.

Fica estabelecida, desta forma, uma dimensão dentro da qual as políticas se movem e os consensos e conflitos acontecem. (...). No conjunto desses contextos, inter-relacionados, que não são tratados como etapas da política e não possuem entre si dimensão temporal ou seqüencial, mas podem mesmo ser encontrados uns dentro dos outros, localiza-se a “política como processos e conseqüências”. (REZENDE; BAPTISTA, 2015, p. 278)

As pessoas com deficiência são os próprios atores das políticas que vem sendo redesenhadas em cada escola, em cada sala de aula, pois alteram os ambientes onde estão presentes. Ao chegarem às escolas, precisam ensinar aos professores como aprendem a partir de suas singularidades; precisam



mostrar aos colegas que todos, sem exceção, são diferentes; precisam sensibilizar os formuladores de políticas e gestores educacionais sobre a necessidade de novas políticas e práticas que deem conta dos novos desafios trazidos pela diversidade.

A PNEEPEI (BRASIL, 2008) traz à tona o questionamento de uma escola única e pronta para a possibilidade de se repensar a escola em um permanente processo de construção e transformação. Essas discussões, trazidas no bojo da política, visam à uma sociedade sem muros, exclusões e estigmas, como eram os domicílios, hospitais psiquiátricos e escolas especiais, onde as pessoas com deficiência ficavam segregadas da sociedade em um passado recente. (BORGES, 2015)

Às custas de muito exercício dos direitos civis e políticos, através de diversas entidades que tem buscado garantir o acesso dessa população à escola e a outros direitos sociais, essas pessoas têm se tornado cada vez mais protagonistas de mudanças e conquistas garantidas em leis, e tem sido vistas como cidadãos no espaço público, saindo da invisibilidade para ocupar todos os espaços humanos, inclusive as salas de aula. Essa grande conquista da democracia brasileira precisa ser resguardada, sob pena de grandes retrocessos.

O'Donnel (2013), outro autor do campo da análise de políticas, discute a qualidade das democracias no contexto latino-americano a partir de diferentes aspectos, o que gera uma reflexão a respeito da democracia brasileira no momento atual, sob a égide do governo Temer, após o golpe de 2016. Enquanto várias políticas sociais estão sob ataque e os direitos conquistados estão sendo desconfigurados, há uma grande preocupação dos movimentos de pessoas com deficiência, instituições, pesquisadores e famílias sobre o futuro da inclusão escolar, uma vez que também a PNEEPEI está ameaçada. A portas fechadas a atual gestão do Ministério da Educação vem pensando alterações nessa importante legislação sem um amplo processo de debate com a sociedade.



A atualidade é demonstrada pelo fato de hoje se lutar, em todo o mundo, de uma forma diversa pelos direitos civis, pelos direitos políticos e pelos direitos sociais. (...) Luta-se ainda por estes direitos, porque após as grandes transformações sociais não se chegou a uma situação garantida definitivamente, como sonhou o otimismo iluminista. As ameaças podem vir do Estado, como no passado, mas podem vir também da sociedade de massa, com seus conformismos, ou da sociedade industrial, com sua desumanização. (BOBBIO, 1998, p. 354 e 355)

O desdobramento desse processo há de refletir as disputas e tensões que envolvem os atores no ciclo das políticas. Espera-se que o contexto da prática e da influência seja plural e atue no contexto da produção de texto e de novos sentidos, de forma a reafirmar a relevância social da PNEEPEI, e a representar a diversidade da sociedade brasileira, que quer avanços para todos, e não mais retrocessos.

Considerações finais

Superando debates, entraves, estigmas e desafios do processo histórico, as pessoas com deficiência estão cada vez mais presentes em todos os espaços da sociedade e também nas escolas brasileiras. Entretanto, como as diretrizes e as práticas sobre educação especial numa perspectiva inclusiva são relativamente recentes no país, as escolas ainda se deparam com inúmeros desafios para ensinar e promover o desenvolvimento dos estudantes com deficiência nas salas de aula comuns.

Esse texto buscou, portanto, refletir sobre essas e outras questões trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), a partir da análise de política pública trazida por Ball, Bowe, Mainardes, entre outros autores do campo. A política em seus diferentes contextos (Ball, 1992), deve gerar novas estratégias para lidar com os desafios trazidos pela política original ao longo de sua implementação. Isso porque a escola inclusiva deve estar em permanente processo de desconstrução e reconstrução a partir



desses novos sujeitos historicamente invisibilizados, que ganharam espaço na escola a partir da emergência do direito à educação para todos.

A participação de vários atores sociais, uma participação democrática acima de tudo, permitiu a criação da Política em 2008. Para se constituir como política, forças conflitantes se reuniram, debateram e destas discussões, originou-se o documento. Como em toda disputa, houve tensões e embates, mas a discussão democrática legitimou a Política. Dez anos depois, uma das grandes lições que ficam é essa: uma política se consolida quando a discussão e a implementação se dão de forma democrática, em contextos múltiplos e diversos, tanto no nível da influência, da produção de texto e da prática, como também dos resultados e das novas estratégias. (BALL, 2011)

Revisões da Política podem se fazer necessárias dez anos depois, mas devem respeitar o jogo democrático e permitir a participação de todos os atores sociais historicamente envolvidos. Em meio a todos esses contextos e desafios, após uma década de existência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se encontra consolidada e sendo aplicada nas escolas de todo o país, superando barreiras e reafirmando o direito à diferença na diversidade.

Referências

BALL, Stephen. MAINARDES, Jefferson (Org.) MAINARDES, FERREIRA e TELO. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.

BORGES, Adriana Araújo Pereira. **De anormais a excepcionais. História de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial**. Curitiba: Editora CRV, 2015.



BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Casa Civil, 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil Cury. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, 2002.

KASSAR, Mônica. **Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano**. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, 2016.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MAIOR, Izabel. MIRANDA, José Rafael. Artigo de opinião in: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. v. 4 n.1. MEC. Secretaria de Educação Especial. 2008.

MULLER, Pierre. **Análise das Políticas Públicas**. / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002. 156p

O`DONNELL, Guilherme. **Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos**. In: *Dossiê Qualidade da Democracia*. *Revista Debates*. UFRGS: Porto Alegre, v.7, n.1, p.15-114, jan.-abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006.

PLESTCH, Márcia Denise; OLIVEIRA, Mariana. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual na contemporaneidade: análise das práticas**



pedagógicas e dos processos de ensino e aprendizagem. In: Caiado, Katia Regina Moreno; Baptista, Cláudio Roberto de; Jesus, Denise Meyrelles. (orgs.) Deficiência Mental e Deficiência Intelectual em Debate – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T. W. F. **A Análise da Política proposta por Ball.** In MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. (Org). Caminhos para análise das políticas de saúde, 1.ed.– Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p.273-283.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial.** Salamanca, Espanha, jun. 1994.

UNICEF. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos.** Jomtien, Tailândia, 1990. Brasília, DF, 1991.